

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PRONAE) DE MOÇAMBIQUE: UM BREVE ENSAIO SOBRE O PROJETO PILOTO SOB A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

NEUTON MESSIAS DA SILVA NETO¹

I.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE) de Moçambique surgiu num momento em que a curiosidade acerca dos projetos de Cooperação para o Desenvolvimento entre Brasil e Moçambique passam a girar no entorno da busca pela Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país africano. A princípio, constitui desafio compreender um país a um oceano e um continente de distância de nós, mesmo com contribuições moçambicanas a nossa formação e falarmos a mesma língua.

Este ensaio é parte dos estudos que estou me dirigindo em dissertação de mestrado para compreender como foram construídas as relações entre Brasil e Moçambique para que o PRONAE fosse lá estabelecido, pois este tem base o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro.² Contudo, possuem formas de execução diferenciadas.

Importante frisar que apresentarei, de forma breve, o conceito de SAN para facilitar a compreensão e a apresentação de alguns dados. Também serão descritos, brevemente, alguns aspectos do PNAE. Isto posto, será feita a análise do relatório sobre a implementação do projeto piloto

¹ E-mail: neto.neuton@ufba.br.

² Os programas, apesar de possuírem o mesmo nome por extenso, possuem siglas diferentes.

do PRONAE, elaborado pelo WFP (sigla em inglês do Programa Mundial de Alimentos), ligada à FAO (sigla em inglês para Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

II.

A fome no mundo ainda é um desafio a ser superado. Estabelecer planos de desenvolvimento de uma nação excluindo-se a possibilidade de redução da fome da população não é um plano completo, pois povo com fome não é capaz de produzir, como afirma Josué de Castro em sua obra “Homens e Caranguejo” (apud Silva, 2014). Isto é válido, também, no desenvolvimento humano e na capacidade de aprendizagem de uma criança ou adolescente.

As causas da fome foram objeto de grande discussão no mundo inteiro. Durante a chamada “Revolução Verde”,³ houve intenso *lobby* defendendo que o problema da fome no mundo seria resolvido com o incremento da produtividade agrícola. Algo que se provou falso conforme afirmam Maluf et al. (2017) e Silva (2014). Para estes autores, a partir da falseabilidade desta premissa, a análise tem que ser feita levando em consideração a distribuição de alimentos.

Os debates sobre as questões atinentes à fome no mundo criaram um conceito específico para lidar com a temática, o de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como o seu antônimo (Insegurança Alimentar e Nutricional). Tendo consciência deste ponto, a FAO define a insegurança alimentar como “[...] uma consequência da não-realização do direito à alimentação” (Pinto, 2013, p. 6). Ainda que soem parecidos, insegurança alimentar e fome são distintos. O primeiro conceito pode estar relacionado às populações que se alimentem mal, de acordo com padrões estabelecidos. Ou seja, nem toda insegurança alimentar é fome. Mas a fome, bem como a obesidade, está no conceito de insegurança alimentar.

A falta de alimentação ou a alimentação insuficiente impactam negativamente a aprendizagem do estudante. Num experimento conduzido nos EUA, Taras (2005) afirma que a deficiência de nutrientes (no experimento, foi o ferro) leva ao déficit cognitivo e de aprendizagem dos alunos. Ou

³ Momento em que a indústria química intensificou a relação com a agricultura. Para mais informações sobre a Revolução Verde vide Andrades & Ganimi (2007).

seja, quanto mais apropriadamente bem alimentados, melhor a apreensão de novos conhecimentos.

A este estudo, acrescenta-se o fato de que o Brasil, em 2013, registrou que uma em cada cinco famílias brasileiras tinha restrições alimentares ou preocupações para comprar comida (IBGE, 2013). Num cálculo feito pela fundação Abrinq, em 2019, aproximadamente 9 milhões de crianças estão em condições de extrema pobreza (Idoeta & Sanches, 2019), explicitando a necessidade da formação de políticas públicas relacionadas à alimentação.

No Brasil, foi criado, na década de 1950 uma política nacional relacionada à merenda escolar. De início, a estruturação de tal política se deu de forma bem centralizada. Contudo, ao passar dos anos, foi garantindo certos avanços. Sua estrutura somente se tornou uma garantia na Constituição Federal de 1988, que determinava o direito à alimentação escolar para todos.

Contudo, o processo decisório era centralizado na União. Ou seja, o poder central determinava o cardápio e era responsável por licitar, testar e distribuir os alimentos em todas as escolas do país. Somente na década de 1990 se começou a descentralizar as responsabilidades. Neste momento, cria-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que seria responsável pelo repasse direto de verba para os estados e municípios a um custo predeterminado por aluno.

Nas últimas décadas, o programa se tornou cada vez mais encorpado. Por exemplo, estabeleceu-se a obrigatoriedade de compra de alimentos diretamente dos produtores rurais da região e a valorização da culinária local na preparação do prato, bem como obrigou que os entes federativos contassem com um profissional de nutrição na equipe que desenvolve o cardápio das crianças. Para garantir a lisura do processo, ficou estabelecido a criação de conselhos que envolvam os membros da comunidade escolar (pais de alunos e mestres), membros do poder executivo e membros da sociedade civil, com o poder de fiscalizar e deliberar e executar o programa.

Desta forma, fica evidente a importância de uma política nacional de alimentação escolar, mesmo lembrando que esta política, por si só, não representaria uma solução duradoura para a questão da insegurança alimentar. Neste caso, podemos levantar a hipótese de que o acesso à escola também significa o acesso à educação. Ou seja, a educação e a alimentação escolar assumem papéis complementares neste processo.

III.

Em pesquisa sobre impacto da alimentação escolar, Gomes (2009) levantou que, em famílias com renda familiar mais baixas, a carência alimentar era suprida (ou suplementada) na escola. Em alguns casos, as crianças iam para ambiente escolar em jejum. A autora, em sua tese, defende que há uma probabilidade maior de comparecimento do aluno numa unidade escolar em que há o fornecimento de alimentação. Em reportagem, Idoeta & Sanches (2019) entrevistam uma mãe cuja preocupação relativa às férias escolares era o que fornecer de alimento aos seus filhos.

Portanto, fica claro que há uma importância no estabelecimento de uma política de amplo espectro relativa à alimentação escolar. Ainda que haja problemas, o exemplo brasileiro é sólido. Além do PNAE, outras iniciativas no combate à insegurança alimentar do Brasil se tornaram referência no mundo, fazendo com que tais iniciativas fossem exportadas. Neste sentido, um diálogo com a WFP viabilizou a criação de um escritório de combate à fome em Brasília, chamado Centro de Excelência contra a Fome, com o objetivo de intensificar a cooperação sul-sul nesta temática. Fruto desta parceria, surge a demanda moçambicana de implementação do PRONAE.

Antes de descrever aspectos do PRONAE, é válido destacar que Moçambique possuía, estimadamente, em 2012, nove milhões de pessoas desnutridas (Marques et al., 2012). O país tem histórico geral conturbado. Recém-saído de uma guerra civil, ainda está por tratar de questões relativas a guerrilhas internas (o último acordo de paz data de 2019).⁴ Contudo, o processo cooperação internacional para incrementar o PRONAE começou no ano de 2013, com a fase piloto finalizada em 2015. Esse período é o foco do relatório aqui apresentado.

Em relatório elaborado por Bert Fret & João Pinto, publicado em 2015, é relatado como se deu a aplicação do PRONAE em sua fase piloto. Os objetivos do Programa são bem claros: reduzir a insegurança alimentar entre as crianças (levando em consideração que, nesta fase, o público alvo varia entre 6 e 12 anos, mesmo o relatório citando a fase pré-primária); diminuir a evasão escolar; estimular o ingresso nas escolas; desenvolver

⁴ Para mais informações, vide: G1, 8 jan. 2019.

habilidades para a produção agropecuária (como hortas etc.). Como forma de atuação, o Programa fornece alimentos quentes distribuídos nas escolas, com base em hábitos locais e equilibrados nutricionalmente. Também leva em consideração os princípios de saúde escolar.

A gestão do PRONAE deveria ser descentralizada. Isto foi posto desde o início da estruturação da política. Contudo, a centralização seria testada passo a passo, até atingir o patamar desejado pelos formuladores. No Brasil, o PNAE é administrado com centralização no ente público responsável pelo colégio. Se é municipal, o município gere os valores repassados pelo FNDE, se estadual, a responsabilidade é do Estado. Esta gerência vai desde a licitação quanto ao repasse dos alimentos para a escola, bem como se tornar membro do Conselho de Alimentação Escolar. No caso do PRONAE, foi construída uma linha temporal para que parte da política já estivesse descentralizada. Ou seja, o Ministério da Educação moçambicano faria os repasses de verba diretamente para as escolas e estas ficariam responsáveis pela gestão dos recursos (no total de 7 das 12 escolas aplicadas inicialmente). O prazo para esta descentralização seria até 2015.

Importante frisar que, mesmo com este processo de descentralização dos recursos, o Ministério da Educação é o responsável pelo seu repasse, o que concentra certo grau de poder. Fret & Pinto (2015) fazem uma dura crítica em relação à burocracia estatal na gestão do PRONAE no Ministério. Primeiramente, afirmam que há uma lentidão nos processos de tomada de decisão. Em segundo lugar, não há uma orientação para obtenção de resultados. Em terceiro, como a equipe que atua no Ministério não se sente confortável em contribuir, tem pouco entusiasmo. Acrescento aí, algo que discuto mais adiante, que é o pouco preparo para lidar com a alimentação escolar.

Contudo, quando a esfera muda, o projeto se torna mais dinâmico. Uma vez que as equipes se comprometem, o trabalho tem maior fluidez. Isto em nível distrital e escolar. No caso, as equipes adquirem caráter multidisciplinar, tendo sido capacitadas para lidar com a questão da alimentação escolar. Entretanto, os autores ressaltam que nem todos os capacitados permaneceram no cargo por muito tempo.

Já chegando nas escolas, também se verificou que a direção da instituição ditava a dinâmica do andamento do programa. Para auxiliar no processo, foram estabelecidas comissões auxiliares, formadas por pais, mestres e funcionários administrativos da escola. Estas comissões designavam

um gestor para lidar com a verba repassada, a compra de alimentos, gestão do estoque e repasse de alimentos para a equipe de cozinha. Contudo, esse gestor não é um funcionário de fora da comunidade escolar (alguém contratado para exercer tal função), geralmente é um professor e, em algumas ocasiões, alguém do corpo administrativo escolar. É possível que mais alguém faça o acompanhamento, mas depende muito da disponibilidade e vontade das outras pessoas que cercam o gestor.

Um fator a ser destacado como crítico é a preparação desse gestor. Trago este destaque pois não basta apenas ter o contato com a comunidade escolar e conhecer e reconhecer os agricultores locais e hábitos alimentares da região. Tem que, também, ter domínio de como lidar com o orçamento do PRONAE, que é de origem pública. Fret & Pinto (2015) trazem este destaque. Poucos gestores treinados permaneceram na função, e os distritos e o Ministério da Educação provém pouco auxílio para que os gestores não capacitados saibam lidar com a questão orçamentária. Isto causa o “medo de errar”, que faz que ajam de maneira muito reticente, pois o Ministério da Educação afirma que qualquer gasto mal feito deve ser arcado pelo diretor do colégio.

Esta descentralização, considero, ser a parte mais importante do PRONAE, especialmente no que o difere do PNAE. Observo que, com maior presença da comunidade escolar, se visa estimular a economia local. Ou seja, com a escola tendo controle dos recursos, facilita o ato de comprar diretamente dos pequenos produtores da região. O PRONAE, então, estimula uma cadeia econômica na área da escola muito intensa, além da transferência do recurso para a área escolar, possibilita a compra de gêneros alimentícios dos produtores da área, além de gerar emprego (das pessoas responsáveis pela cozinha da escola, por exemplo). Contudo, concordo com Fret & Pinto (2015), quando estabelecem que o curto tempo de transição da centralização para descentralização pode representar um problema para a execução do modelo almejado pelo PRONAE. Isto, por conta que, em minha avaliação, o tempo seria muito curto para dotar a comunidade escolar (direção, mestre, pais, equipe auxiliar) de conhecimento técnico amplo o suficiente para lidar com a gestão de verba pública. Também, há o risco de se sobrecarregar funcionários com mais uma responsabilidade. A meu ver, o ideal seria destacar pelo menos uma pessoa com esta função específica.

A estrutura que o Estado moçambicano construiu para que o PRONAE funcionasse também foi importante. Válido ressaltar que as ações de alimentação escolar em Moçambique ainda eram escassas. O trunfo do PRONAE foi estabelecer um programa a nível nacional, com diretrizes específicas para que o objetivo fosse alcançado. Neste sentido, a cooperação técnica com o Brasil foi fundamental, tendo em vista que o PNAE já possui uma estrutura estabelecida (ainda que careça de certas melhorias), o que o torna um exemplo.

Neste sentido, o governo moçambicano deixou de tratar a temática de alimentação escolar de forma transversal e criou uma divisão específica para desenvolver e aplicar o PRONAE. Logo, o Ministério da Educação de Moçambique, através desta divisão, trataria da alimentação escolar através da fiscalização dos recursos financeiros, monitoria, acompanhamento e assistência em todos os níveis, seja provincial, distrital ou das escolas. Contudo, ainda que tenha ocorrido o relatado anteriormente, Fret & Pinto (2015) destacam que as atribuições não são ainda muito claras no projeto e na execução. Uma grande crítica dada nos relatórios é relativa à burocracia estatal moçambicana, que deixa a execução bem confusa. Também destacam que há certo grau de desorganização nos documentos oficiais das atribuições e responsabilidades institucionais do programa.

A burocracia se torna um entrave, também, na distribuição de tarefas para os funcionários do Ministério da Educação. Segundo os autores, há um alto grau de redundância administrativa (em que as funções não ficam claras, fazendo com que uma pessoa assuma mais de uma atribuição), o que torna o processo confuso ou parado. Com o desarranjo de função dos funcionários do Ministério, tarefas simples, como solicitação de visita, necessitam transitar no Ministério para que se chegue uma resposta.

Algo a ser levado em consideração é que parte da burocracia estatal não estava preparada para lidar com um elemento tão delicado quanto a alimentação escolar. O resultado é que a estrutura central do Ministério aprendeu a lidar com o PRONAE executando o projeto piloto. No relatório aqui apresentado, não detectei o fluxo de informações entre as burocracias brasileira e moçambicana para auxiliar nessa situação, ainda que tenha havido cooperação no sentido técnico no projeto.

O relatório aponta que estes funcionários públicos são adequados para exercer a gestão do Programa a médio prazo, pois são servidores públicos de carreira, ou seja, compreendem a burocracia. Contudo, num

programa tão complexo, conhecimento técnico acerca de aspectos relativos à alimentação escolar são fundamentais. A meu ver, um treinamento adequado pode auxiliar na solução desta situação.

O excesso de burocracia também afeta a maneira como a verba é calculada e repassada aos entes executores do PRONAE. Como a distribuição da verba tem como base a contagem dos alunos, há a necessidade da formação de um banco de dados das escolas que serão beneficiadas com o programa. Mesmo com os números do ano anterior, optou-se por fazer uma contagem no começo do ano de 2015, para se ter uma dimensão real do público afetado pela política. O Ministério da Educação foi o escolhido para tal, ao invés das escolas e distritos (que tem mais proximidade com a população local). O resultado disto foi que a verba somente chegasse à escola em julho de 2015 (o início do ano letivo se deu em março do mesmo ano). Com os atrasos nos repasses, devido a questões burocráticas, Fret & Pinto (2015) afirmam que, em Nampula,⁵ a alimentação escolar foi interrompida.

Um ponto importante que vem sendo destacada aqui é que a estrutura burocrática estatal moçambicana é muito intensa. Por vezes, quem lida com esses trâmites no dia-a-dia se acostuma e executa sem problemas. O detalhe, no PRONAE, é que, pela gestão descentralizada, os recursos chegam às mãos de quem lida muito pouco ou quase nada com as exigências e a maneira como se estrutura a burocracia. Isto aparecia na gestão dos recursos e na prestação de contas. Neste caso, os gestores das escolas sentiam muita dificuldade em lidar com a estrutura do orçamento e na forma de prestar contas. Os autores do relatório afirmam que uma simples compra resultava em mais de dez documentos diferentes para constar em relatório.

A título de esclarecimento, não defendo uma desburocratização radical. O grau de burocracia num programa como este é fundamental para que se eliminem erros e reduza o grau de corrupção. Em minha visão, a desburocratização completa atrapalharia o PRONAE. O que auxiliaria o programa seria compreender os entraves e amarras burocráticas que atrasam os processos e dificultam o acesso à alimentação pelos alunos.

O processo de compra de alimentos para o PRONAE também tem que ser destacado. A título de projeto, as compras deveriam ser feitas nas

⁵ Província a norte de Moçambique.

localidades onde se situam as escolas, privilegiando os produtores locais. Isto porque parte do programa deveria ser voltado para criar um grau de dinamismo na área onde a escola está situada.

Entretanto, o processo de compras públicas, na fase piloto, não privilegiou os produtores locais por diversos motivos. Os autores do relatório apontam que, em primeiro lugar, os agricultores das áreas alvo das compras não possuíam documentação necessária para participar do processo de compra pública. Em segundo lugar, os editais poderiam ter tido baixa divulgação, o que justificou a baixa adesão. Em terceiro lugar, a maneira com que os lotes de compras foram estruturados privilegiava fornecedores específicos, pois detinham capacidade de fornecer todos os produtos do lote. Isto fazia com que nem tudo o que fosse comprado tenha sido produzido localmente. Em quarto lugar, a baixa instrução dos gestores das escolas gerava confusão no momento das compras públicas, tornando o processo confuso (os gestores ficaram incertos quanto à natureza dos fornecedores) ou pessoal (os fornecedores tinham conhecimento do andamento do processo por informações privilegiadas).

A infraestrutura escolar era inexistente. Antes do início do projeto piloto do PRONAE, foram feitas parcerias com Organizações Internacionais para garantir que fossem construídas instalações adequadas para receber a etapa do projeto que deveria ser executada nas escolas (despensa, cozinha, área de armazenamento de lenha e água etc.). Nem sempre as construções foram executadas, tendo, em algumas escolas, cozinhas ao ar livre. Mas quanto ao acesso aos utensílios e a estrutura, o relatório não acrescentou muito.

Uma forma que estes programas de alimentação escolar encontram para movimentar a economia é a contratação de pessoas para lidar com o preparo de alimentos. Como esta é uma estrutura de projeto piloto, o PRONAE, até 2015, não contou com verba específica para a contratação de cozinheiras e cozinheiros. Fret & Pinto (2015) destacam que boa parte dos trabalhadores da cozinha são mulheres e que estas fazem parte da comunidade escolar (mães, avós, tias dos alunos). Contudo, o trabalho é extenso e voluntário. Os autores afirmam que:

Geralmente estas mulheres trabalham entre 8 a 10 horas por dia, podendo chegar pelas 4 ou 5 horas da manhã e ficar até as 15 ou 16 horas da tarde, nos casos das escolas de maior dimensão. Isso invalida

que estas mulheres possam desenvolver actividades fora da escola, seja tratar das suas machambas, vender nos mercados ou qualquer outra actividades profissional. Elas assumem, na realidade, um trabalho a tempo integral e não remunerado (Fret & Pinto, 2015, p. 47)

Os autores ainda destacam que, mesmo sob estas condições, a taxa de saída das trabalhadoras é baixa. Entendo que parte da motivação esteja ligada à sensação de comunidade. Como as pessoas diretamente afetadas pela alimentação escolar são as crianças das localidades onde residem (por vezes, familiares), há um esforço maior para que o trabalho seja desenvolvido, mesmo que ocupe grande parte do dia e comprometa outras atividades. Parte desta motivação também se reflete no fato de não receberem material adequado (como toucas, aventais, calçados). Contudo, como proposta de implementação do PRONAE pós projeto piloto, há uma previsão de remuneração das equipes de cozinha.

IV.

O PRONAE se torna, então, um programa bem amplo. Esta fase piloto é fundamental para que haja um grau de preparação da população e do poder público para que a implementação do programa tenha sucesso e seja duradouro. Contudo, algumas observações hão de ser feitas.

Em primeiro lugar, o grau de burocracia do estado moçambicano se mostrou como uma trava para a implementação total do PRONAE. Reafirmo a necessidade de se estabelecer um processo burocrático para que se garanta uma lisura. Contudo, o relatório destaca que os funcionários do Ministério da Educação ficam sem saber quais atribuições específicas que devam desenvolver, o que torna o processo confuso. Destaco, também, o fato de que a alimentação escolar é um tema deveras delicado. Atrelar a uma burocracia que trava pode fazer com que os repasses às escolas atrasem, impactando, diretamente, na rotina de uma série de crianças. Neste sentido, a burocracia central deveria se preparar melhor para conseguir lidar com esta temática específica.

O treinamento do pessoal deve se dar em todos os níveis de aplicação do PRONAE. Se, numa ponta, o excesso de burocracia pode atrapalhar o repasse, na ponta ligada à aplicação, o medo de cometer um erro pode constranger o funcionário em executar sua ação. Creio que uma prestação

de contas mais facilitada pode auxiliar o gestor nas escolas para executar suas funções. Claramente, que as responsabilidades têm que ser muito bem delimitadas. O treinamento viria não apenas para lidar com a prestação de contas, mas com as atribuições do cotidiano. Tendo em vista que o gestor é o responsável pela despesa, cabe a ele definir o que é comprado (de acordo com as leis de compra pública) e como esse alimento vai ser distribuído na escola (quantidade por dia).

O que deve ser destacado como ponto positivo da construção do PRONAE é a iniciativa de descentralização da gestão do programa. Aproximar a execução do ponto onde há a necessidade pode tornar os processos relativos à alimentação escolar mais dinâmicos, garantindo que as escolas tenham acesso mais rápido à verba. O grande obstáculo para a descentralização é a falta de treinamento e planejamento das escolas. A escolha de um gestor no ambiente escolar pode sobrecarregar o funcionário, dando a ele mais uma função com impacto. O planejamento, nesse sentido, serviria para que houvesse a provisão de que este funcionário pudesse fazer a gestão com dedicação exclusiva. Nesse caso, me coloco no lugar do professor, a título de exemplo. Além de planejar aulas e avaliações, desenvolver contato direto com a comunidade escolar, ainda tem que fazer a gestão da aplicação da alimentação escolar. Considero que pode haver uma sobrecarga, por exemplo, no fato de o gestor ser o responsável pela entrega dos alimentos a ser colocado no cardápio diariamente. Logo, ele chega antes da equipe de cozinha (que, a depender da escola, chega de madrugada) e somente sai com todas as responsabilidades diárias concluídas.

A questão do treinamento surge para que o gestor saiba lidar com todas as questões atinentes ao uso de verba pública. Desde a aplicação correta do dinheiro disponibilizado até a prestação de contas da forma correta. A depender da situação, com o treinamento adequado, algumas questões burocráticas excessivas podem ser eliminadas, o que evitaria uma papelada volumosa para justificar pequenas compras. Outro fator positivo do treinamento do gestor pode ser a maior blindagem do programa das elites econômicas locais. Os donos de grandes armazéns exercem certo grau de pressão na gestão para que seus produtos sejam adquiridos. O problema é que nem sempre isto é advindo de produção local, o que faz que um dos pontos do projeto (de estimular a economia regional através da compra de alimentos produzidos por pequenos produtores) não seja cumprido. Isso também denota que há uma fraca organização em múltiplos setores.

Deveria haver um esforço para organizar melhor os pequenos produtores para a atividade de compra e venda para as escolas e distrito em alimentação escolar.

Por fim, destaco que se deve oferecer melhores condições de trabalho para a equipe de cozinha. Isto vai desde não tratar o trabalho como voluntário, até oferecer estrutura e material adequado. O relatório aponta desde a falta de estrutura em algumas escolas (a cozinha ser ao ar livre), até mesmo a ausência de equipamentos individuais adequados (ainda que os utensílios estivessem em ordem). Ainda que essas pessoas estejam diretamente ligadas às crianças beneficiadas com a alimentação ofertada na escola, segurança na manutenção do alimento é essencial para que não ocorra algum acidente no preparo. O PRONAE somente tem a ganhar em ter cozinheiras mais preparadas.

Assim, conforme os dados apresentados anteriormente, verifica-se a importância da aplicação de uma política de alimentação escolar. O PRONAE vem no sentido de garantir não apenas que as crianças tenham alimentação adequada em ambiente escolar, como movimentar a economia local e manter as crianças estudando. Contudo, mesmo que a iniciativa do projeto piloto tenha impacto, recomenda-se que se continue as ações, agora levando mais a sério as questões relativas à preparação das pessoas em todas as cadeias. Seguramente, poder-se-á verificar, em longo prazo, os impactos positivos do PRONAE em tempo não muito longo, levando em consideração que o Brasil já aplica o PNAE há muito tempo.

Referências

- ANDRADES, T. O. & GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. *Ces Revista*, Juiz de Fora, vol. 1, n.º 21, pp. 43-56, 2007. Disponível em: <https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: jan. 2020.
- FRET, B. & PINTO, J. *Moçambique: PRONAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar: Projeto piloto em 12 escolas primárias das províncias de Tete, Nampula, Manica e Gaza*. Maputo: Wfp, 2015.
- G1. *Governo de Moçambique assina acordo de paz com a oposição*. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/01/governo-de-mocambique-assina-acordo-de-paz-com-oposicao.html>>. Acesso em: jan. 2020.

- GOMES, S. *Impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE sobre a nutrição dos alunos, defasagem e desempenho escolar*. 117 f. Doutorado - Curso de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3770>>. Acesso em: jan. 2020.
- IDOETA, P. A. & SANCHES, M. *Sem merenda: quando férias escolares significam fome no Brasil*. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48953335>>. Acesso em: jan. 2020.
- MALUF, R.; MENEZES, F. & MARQUES, S. *Caderno 'Segurança Alimentar'*. Brasília: Editora Oficial, 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019/19-caderno-2018seguranca-alimentar2019.pdf>>. Acesso em: jan. 2020.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. IBGE. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acesso em: jan. 2020.
- SILVA, S. P. *A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf>. Acesso em: jul. 2019.
- TARAS, H. Nutrition and Student Performance at School. *Journal Of School Health*, Usa, vol. 6, n.º 75, pp. 199-213, ago. 2005.